

Indicação Geográfica e Desenvolvimento Local: uma análise estratégica para comunidade ceramista de Maragogipinho/BA

Geographic Indication and Local Development: a strategic analysis for the pottery community of Maragogipinho/BA

Indicación Geográfica y desarrollo local: un análisis estratégico para la comunidad cerámica de Maragogipinho/BA

Renata Amoedo Miranda Lessa*
João Pedro de Castro Nunes Pereira**

RESUMO

A comunidade de Maragogipinho é um dos centros cerâmicos mais tradicionais do Brasil, situado no município de Aratuípe/BA. Os registros históricos apontam a comunidade como polo ceramista há mais de trezentos anos. O presente estudo visa identificar os fatores locais capazes de suportar o registro de Indicação Geográfica e os aspectos ainda não consolidados, com o objetivo de proporcionar condições plenas para a busca desse registro, cujo papel no desenvolvimento local é extensamente relatado na literatura acadêmica. Para tanto, foi desenvolvido um estudo de caráter documental e exploratório junto à comunidade de Maragogipinho, com base na estrutura analítica proposta por Carvalho (2017). Os resultados mostraram que a busca da IG pode ser uma opção auxiliar no desenvolvimento da localidade, uma vez que os principais fatores associados da IG ao desenvolvimento local se mostram presentes: representação coletiva do ofício, registro de notoriedade e reconhecimento dos produtos; identificação das principais peças associadas ao registro; identificação dos oleiros aptos a produzir as cerâmicas associadas aos registros; formalização das competências individuais dos oleiros associados aos produtos do registro; sensibilização inicial e conhecimento coletivo sobre IG.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Competências. Maragogipinho. Cerâmica artesanal. Indicação de Procedência.

* Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil. Pós-graduada (MBA) em Gestão de Pessoas pela Universidade Salvador, Salvador, Bahia, Brasil. Graduada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Atualmente é servidora pública na Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna, Bahia, Brasil.

E-mail: renatamoedo@gmail.com

** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Atualmente é professor do Curso de Engenharia de Produção, e professor orientador no Mestrado de Economia Regional e Políticas Públicas, ambos na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil.

E-mail: jpcnpereira@uesc.br

Artigo recebido em julho/2024 e aceito para publicação em julho/2025.

ABSTRACT

The community of Maragogipinho is one of the most traditional ceramic centers in Brazil, located in the municipality of Aratuípe/BA. Historical records point to the community as a ceramics hub for over three hundred years. In this sense, the present study focused on identifying local factors capable of supporting GI registration and identifying aspects that have not yet been consolidated, aiming to provide full conditions for searching for this registration, whose role in local development is extensively reported in academic literature. To this end, an exploratory study, of a documentary and exploratory nature, was developed with the community of Maragogipinho, based on the analytical structure proposed by Carvalho (2017). The results showed that the search for GI can be an auxiliary option in the development of the locality, since the main factors associated with GI and local development are present, such as: collective representation of the craft, record of notoriety and recognition of products; identification of the main parts associated with the record; identification of potters capable of producing ceramics associated with the records; formalization of individual skills of potters associated with registered products; initial awareness and collective knowledge about GI.

Keywords: Geographical indication. Skills. Maragogipinho. Handmade ceramics. Indication of origin.

RESUMEN

La comunidad de Maragogipinho es uno de los centros cerámicos más tradicionales de Brasil, ubicado en el municipio de Aratuípe/BA. Los registros históricos señalan a la comunidad como un centro cerámico durante más de trescientos años. En este sentido, el presente estudio se centró en identificar factores locales capaces de apoyar el registro de IG e identificar aspectos que aún no se han consolidado, con el objetivo de brindar condiciones plenas para la búsqueda de este registro, cuyo papel en el desarrollo local está ampliamente reportado en la literatura académica. Para ello, se desarrolló un estudio exploratorio, de carácter documental y exploratorio, con la comunidad de Maragogipinho, a partir de la estructura analítica propuesta por Carvalho (2017). Los resultados mostraron que la búsqueda de IG puede ser una opción auxiliar en el desarrollo de la localidad, ya que están presentes los principales factores asociados a la IG y al desarrollo local, tales como: representación colectiva del oficio, historial de notoriedad y reconocimiento de los productos; identificación de las partes principales asociadas al registro; identificación de alfareros capaces de producir cerámicas asociadas a los registros; formalización de habilidades individuales de alfareros asociadas a productos registrados; Conciencia inicial y conocimiento colectivo sobre la IG.

Palabras clave: Indicação geográfica. Competências. Maragogipinho. Cerâmica artesanal. Indicação de procedência.

1 INTRODUÇÃO

Maragogipinho é uma comunidade oleira tradicional da Bahia, situada no município de Aratuípe, próximo ao Recôncavo Baiano. Nela se concentra uma significativa produção cerâmica, que faz de Maragogipinho o principal polo produtor do estado. A atividade ceramista local tem cerca de trezentos anos, período em que diversos saberes se mesclaram e deram origem a variados artefatos de cerâmica, destinados, à época, desde ao suprimento de louças para a Coroa portuguesa até à produção de utensílios para cultos de matriz africana, então muito comuns na região (MOTA, 2011).

Saberes fundiram-se e deram origem às peças que, com o passar dos tempos, permitiram que a localidade se consolidasse como um dos principais polos ceramistas nacionais e, ao longo de sua história, assumisse um papel protagonista como agente produtor e difusor da cultura regional, envolvendo três agentes sociais fundamentais do processo histórico e cultural do Brasil: os portugueses, os indígenas e os negros escravizados (FERRAZ, 2009; CARBONEL, 2015). As peças de Maragogipinho são presenças marcantes em diversas expressões culturais, sobretudo no Recôncavo Baiano (BAPTISTA, 2023; SANTANA; BARRA, 2020; SIMÕES, 2016).

A forte expressão da cerâmica da região está tradicionalmente na chamada “louça de barro” e em objetos decorativos (MOTA, 2011). Diferentemente do que ocorre nas outras comunidades ceramistas do estado, sua principal forma de modelagem é desenvolvida em tornos artesanais, com traços das culturas indígena, africana e portuguesa (CARBONEL, 2015).

Atualmente, mais de 2 mil habitantes estão envolvidos na cadeia produtiva da cerâmica local, quase 80% da população do município de Aratuípe (Santos; Barra, 2020), mas apenas uma pequena parte dessa população ainda exerce o ofício tradicional, responsável pelo reconhecimento nacional e internacional da comunidade (FERRAZ; MOREIRA, 2011), e, sobretudo, por sua importância no cenário histórico e cultural do Brasil (SIMÕES, 2016).

Manter esse conhecimento e o ofício dos oleiros através dos tempos é um desafio e uma imensa responsabilidade daqueles que buscam preservar a história e a cultura nacional, garantindo aos seus principais atores condições socioeconômicas e culturais que lhes permitam continuar com essa relevante prática no cenário brasileiro.

Nesse contexto, o instrumento da Indicação Geográfica (IG) apresenta-se como uma opção viável para a proteção intelectual associada ao ofício da comunidade de Maragogipinho, pois delimita a produção, restringindo o uso somente aos atores instalados na área abrangida pelo registro e impossibilitando que outros possam usar indevidamente os atributos produtivos lá compreendidos (PEREIRA; FETTERMANN, 2014).

A relação entre o produto e a localidade ocorre em razão da delimitação da zona de produção, das tecnologias de produção, do controle de qualidade e do conhecimento empregado, aspectos relativos à especificidade da localidade referente ao bem ou serviço associado à IG (RAMOS; FERNANDES, 2012). Esse caráter é uma importante característica associada ao desenvolvimento regional (ABRAMOVAY, 2000; MIRANDA; MAGALHÃES, 2001; MOREIRA; CRESPO, 2015).

Além da proteção, alguns autores associam a IG a uma agregação de valor aos produtos nela contemplados, capaz de conferir credibilidade e diferencial de mercado em função das características de seu local de origem (PEREIRA; FETTERMANN, 2014). Nos últimos anos, diversos países não têm medido esforços para desenvolver a IG como uma ferramenta capaz de promover o desenvolvimento e proteger os produtos e tradições locais e a sustentabilidade de seus diversos territórios (ALEMANY; SEVILLA, 2021; OMPI, 2023).

Isto posto, o presente estudo visa, sob o enfoque estratégico do desenvolvimento regional, analisar a potencialidade de Maragogipinho para obtenção do registro de IG. Para isso, pautou-se na estrutura analítica proposta por Carvalho (2017).

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao longo do tempo, os estudos relacionados ao desenvolvimento regional passaram a encarar esse fenômeno como um processo de transformação social, envolvendo, além dos aspectos econômicos, os aspectos sociais e políticos. A opção por diferentes abordagens conceituais sobre o desenvolvimento foi discutida nos estudos de Abramovay (2000) e Neto de Jesus (2014), bem como no estudo recente de Pellegrino e Vincent (2022), entre outros. No geral, esses estudos destacam ser necessária a busca por soluções e informações para se descobrir as situações reais que desencadeiam o processo de desenvolvimento regional e sua consequente dinâmica.

Baseando-se no estudo seminal de Abramovay (2000), pode-se entender que a geração e a distribuição de riquezas, a valorização do capital humano e a socialização da produção passam a fazer parte do escopo analítico dessas pesquisas. Na mesma linha, Pellegrino e Vincent (2022) discutem os fatores intangíveis (cultura e conhecimento tradicional) como ativos de destaque nesse processo. Miranda e Magalhães (2001) incorporam a essa abordagem: o foco nas necessidades da comunidade; a identificação e a mobilização social para solução das necessidades locais; a visão integrada dos problemas e soluções sociais, em suas mais distintas perspectivas; o estabelecimento de parcerias entre organizações de setores diversos; a auto-organização e a capacitação das populações locais; e a participação ativa dos cidadãos nos processos associados a essa dinâmica social e econômica. Posteriormente, Neto de Jesus (2014) traz contribuições a essa perspectiva, com alguns princípios que, segundo o autor, são capazes de superar as barreiras do processo de

desenvolvimento local: aproveitamento das potencialidades e vantagens competitivas locais; dinamização dos processos voltados à melhoria da qualidade de vida local; desenvolvimento das estruturas de democratização do poder e participação social; e promoção da integração dos vários setores de desenvolvimento.

Nesse contexto, entende-se que o desenvolvimento retrata uma estrutura social e econômica que traz elementos de uma dinâmica sociocultural e econômica associada a determinada região. Isso posto, o conceito de desenvolvimento anteriormente abordado implica a consideração dos seguintes fatores nesse tipo de estudo: mobilização social, capacitação das populações locais e participação do poder público local na construção das bases para ação coletiva e, por consequência, no desenvolvimento local. Sob esse prisma analítico de desenvolvimento, o local passa a ser encarado tanto como um território delimitado quanto como um espaço abstrato de relações sociais, o qual dispõe de uma interação de grupos sociais articulados a partir de finalidades em comum, que acabam englobando diferentes regiões (DOWBOR, 2008; FISHER, 1992).

Alinhados a essa perspectiva, diversos estudos apontam as potencialidades da Indicação Geográfica como integrada ao processo de estímulo ao desenvolvimento das localidades alcançadas por esse registro. Destacam-se os trabalhos de Carvalho, Pereira e Ferraz (2016), França (2023), Pereira *et al.* (2024), Santos (2017), Santos, Jung e Thaines (2023), Silva e Silva (2023), e Silva *et al.* (2024), que abordam as potencialidades, os resultados e os riscos da IG no cenário do desenvolvimento local. Por outro lado, Niederle (2009) aborda os riscos potenciais de a IG acentuar assimetrias sociais e econômicas quando associada exclusivamente a coletividades com acentuado poder econômico, sobretudo se pautada por agentes de coordenação que direcionam os benefícios da IG apenas para grupos com os quais se associam, o que não é o caso na comunidade de Maragogipinho.

3 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

As Indicações Geográficas (IGs) têm uma história rica, que reflete sua evolução de práticas antigas para estruturas jurídicas modernas. Inicialmente, o conceito surgiu quando os consumidores reconheceram as qualidades únicas dos produtos vinculados a regiões específicas. Com o tempo, esse reconhecimento se transformou em proteções formalizadas, particularmente por meio de acordos internacionais, sobretudo por meio do Acordo TRIPS – *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. Esse acordo, marco institucional da IG no mundo, foi firmado em 1994, quando a Organização Mundial do Comércio (OMC) reconheceu nele o conceito de Indicação Geográfica, na medida em que abordava as questões relativas ao comércio de produtos protegidos por mecanismos de propriedade intelectual (DEMIRARSLAN; ESEN, 2024; VARNEKAR; CHUTIA, 2024; MATOS *et al.*, 2024; VARNEKAR; CHUTIA, 2024).

As IGs podem ser classificadas em dois tipos: Denominação de Origem (DO) ou Indicação de Procedência (IP). O registro de Indicação de Procedência é o reconhecimento de que um país, uma cidade, uma região ou uma localidade tornou-se conhecida como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto, bem como de prestação de determinado serviço. Já a Denominação de Origem (DO) consiste no reconhecimento de que as qualidades ou características do produto se devem exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico (INPI, 2014). A sua regulamentação no Brasil é feita pela Lei nº 9.279/96 - Lei de Proteção da Propriedade Industrial.

Apesar de estarem sob a égide do acordo TRIPS, há especificidades regionais desses registros ao redor do mundo. Anjos *et al.* (2013) destacam que, nos países europeus, a IG contempla apenas alimentos, enquanto no Brasil pode ser concedida a bens e a serviços, independentemente do caráter funcional ou utilitário a que se destinam.

Boechat e Alves (2011) evidenciam, por exemplo, a importância da IG na valorização do patrimônio cultural e turístico, o que não pode ser alcançado em território europeu.

Além dessas, outras diferenças com relação à operacionalização da cessão e fiscalização do registro podem ser observadas, sobretudo na comparação entre Brasil e União Europeia.

Nesse contexto, entende-se que a IG é capaz de atuar como instrumento relevante para valorização e proteção de patrimônio cultural e histórico, por meio dos produtos vinculados ao registro, preservando e protegendo as identidades locais. Com isso, a IG, instrumento de proteção do conhecimento coletivo tradicional, passa a contribuir para a promoção do desenvolvimento do território a ela associado, desde que sejam aproveitadas as externalidades positivas geradas por esse registro.

Estudos recentes abordam esse importante papel da IG: Ojeda *et al.* (2024) relatam seu efeito no aumento do valor de mercado de produtos tradicionais da América Latina, garantindo a estes, além da proteção, o reconhecimento em mercados globais. Já os estudos de Singh e Bhatt (2025), e Al-Romeedy (2024) evidenciam que as externalidades podem refletir-se em outras atividades econômicas que não aquelas diretamente relacionadas à IG quando contribuem para as economias locais, promovendo o turismo e criando identidades de marca exclusivas para destinos, associadas aos produtos relativos a IG. Na medida em que protegem os saberes coletivos tradicionais, também geram externalidades que acabam por garantir a existência um determinado patrimônio cultural, fazendo com que este seja preservado e transmitido através das gerações (AL-ROMEEDY, 2025; HALDER, GHOSH, 2024; SINGH, BHATT, 2025).

A proteção de um patrimônio histórico e cultural como a cerâmica de Maragogipinho, ao mesmo tempo que pode contribuir para proteger o direito coletivo de uma propriedade intelectual, pode promover, com isso, a preservação desse patrimônio ao longo das futuras gerações e ao mesmo tempo contribuir com isso para a promoção do desenvolvimento da região contemplada pela IG, desde que as externalidades positivas geradas com esse registro sejam devidamente exploradas com esse sentido.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O problema indutor deste estudo diz respeito a como o instrumento de proteção intelectual da Indicação Geográfica é capaz de gerar externalidades positivas capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico da comunidade de Maragogipinho (Aratuípe/BA).

Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória e descritiva (GREEN; CARMNE, 1988; MATTAR, 1993), a fim de explorar, em dada localidade relacionada à cerâmica artesanal, a estrutura lá instalada capaz de sustentar um pedido de IG. Segundo Yin (2001), para este tipo de pesquisa, é necessário desenvolver um protocolo capaz de refletir as proposições em função da questão da pesquisa, incluindo os instrumentos de levantamento de dados adotados.

Neste estudo, trabalhou-se com fontes secundárias de dados e com a análise de registros e documentação referentes à produção acadêmica bibliográfica e audiovisual sobre o ofício ceramista da comunidade de Maragogipinho, envolvendo principalmente seus aspectos culturais e históricos, bem como os aspectos relacionados à organização produtiva local e às implicações socioeconômicas atuais dessa atividade.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas sequenciais. Na primeira, foi realizado o levantamento dos dados secundários, com vistas a reforçar o quadro teórico e documental de caráter exploratório, envolvendo pesquisas documentais referentes ao ofício ceramista da localidade e às suas relações históricas e culturais com o Brasil. Essa pesquisa envolveu a busca de estudos acadêmicos e científicos referentes à arte e cultura associada à cerâmica de forma geral, especialmente aqueles relacionados à comunidade de Maragogipinho, bem como os dados necessários para análise socioeconômica da atividade ceramista local. Para tanto, foram priorizadas as consultas a periódicos científicos, livros, relatórios de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Cultura (MinC), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as secretarias de governo do estado da Bahia, entre outras informações de análise socioeconômica veiculadas oficialmente por

organismos públicos. A segunda etapa foi caracterizada pela análise de documentos e registros escritos e audiovisuais da Associação de Auxílio Mútuo aos Oleiros de Maragogipinho (AAMOM), única organização representativa da classe na localidade. Nessa etapa, foi disponibilizado por essa associação todo o acervo documental armazenado na sede da AAMOM, incluindo atas de reuniões, material de divulgação impresso, fotografias, e documentos similares. Todo o processo de consulta teve o acompanhamento da AAMOM, por meio de uma representação específica esse momento da pesquisa.

Os dados e informações coletados no processo foram sistematizados e analisados com base no modelo analítico proposto por Carvalho (2017), constituído por cinco dimensões analíticas, que, após uma análise individual do perfil da localidade, permitiram a análise estratégica do conjunto, capaz de revelar a potencialidade para registro de IG de uma dada comunidade e identificar os principais pontos fortes e fracos que determinam esse potencial. Isso permite a tomada de decisão estratégica para a busca do registro. As dimensões consideradas pelo autor são: Território e Territorialidade, Geração de Valor, Competências Locais, Poder Público, Ação Conjunta/Cooperação, e cada uma delas traz uma série de fatores que, quando inter-relacionados, construirão o perfil da localidade.

Além de ser uma estrutura voltada exclusivamente à análise da potencialidade do uso da IG como um dos agentes indutores do desenvolvimento local, os fatores associados a cada uma das dimensões analíticas propostas permitem uma análise sob o enfoque tanto quantitativo quanto qualitativo. Esse caráter específico do modelo foi o fator decisivo de escolha para o desenvolvimento deste estudo, pois a análise e a discussão dos resultados ocorrem em função do perfil qualitativo do modelo adotado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item, os resultados são apresentados e discutidos separadamente para cada uma das dimensões analíticas do modelo adotado.

5.1 DIMENSÃO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A dimensão de Território e Territorialidade, segundo a proposição de Carvalho (2017), busca identificar o território e as implicações locais ou regionais na determinação da área de abrangência da IG.

Segundo Ferraz (2009), Maragogipinho está na área do antigo aldeamento de Santo Antônio, organizado pelos jesuítas, já no século XVI, para catequese dos índios frente à tribo dos Aimorés. Alguns autores relatam que os primeiros registros históricos que fazem referência a Maragogipinho estão na Carta Régia de 1717, século XVIII (MOTA, 2011). Inserida na região baiana do Recôncavo Sul, o mapa de localização desse distrito, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos

e Sociais do Estado da Bahia (SEI), tem como limites: Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira e Nazaré, ao norte; Laje, a oeste; Jaguaripe, ao sul; Baía de Todos os Santos (Oceano Atlântico), a leste.

Essa dimensão busca identificar as relações entre os atores da comunidade e o território, de acordo com a concepção de Dowbor (2008) e Fisher (1992). Em Maragogipinho, as interações sociais são intensas e extrapolam as fronteiras do município de Aratuípe, onde se localiza a comunidade de Maragogipinho. Os registros históricos apontam para intensas interações com as sociedades e culturas, chegando até a cidade de Salvador, sobretudo quando as peças são comercializadas na tradicional Feira de São Joaquim. Essa é uma região com marcada presença social e cultural associada aos três principais eixos de influência nas cerâmicas de Maragogipinho: portugueses, indígenas e a população negra dos escravizados africanos. O resultado dessa interação e articulação social e cultural é refletido nas peças, posto que nelas são expressas as marcas étnicas e culturais presentes na localidade, que foram se desenvolvendo ao longo da história até a consolidação da comunidade como um centro cerâmico e cultural de referência no Brasil.

Apesar das controvérsias sobre a data de origem da comunidade, os registros históricos e literários sobre Maragogipinho não divergem quanto à origem do ofício cerâmico, sempre associado à sua própria fundação, ainda nos primórdios da colonização. Com relação à identidade cultural associada à produção local e, conseqüentemente, ao objeto alvo do registro de IG, é possível observar a forte presença dos principais agentes culturais que, ao longo da história, determinaram o caráter único da cerâmica de Maragogipinho: o indígena, o português e os africanos escravizados (GORDENSTEIN, 2018; LEONEL, 2020; MOTA, 2011; PINTO NETO, 2008; SANTANA; BARRA, 2020).

O estudo de Ferraz e Moreira (2011) remonta o ofício ceramista de Maragogipinho ao século XVIII e, desde essa época, a qualidade ímpar e as contribuições históricas e culturais se mostram presentes nas peças que são produzidas há tempos nessa localidade: “a cerâmica utilitária conhecida como louça de barro, de elevada concepção formal e estética, de matriz miscigenada, originada do trabalho indígena, mas com um leve toque da herança europeia” (FERRAZ; MOREIRA, 2011, p.13), que mais tarde se mesclaram a remanescentes de quilombos, conforme pode ser observado no estudo de Silva e Estrela (2011).

A tradição indígena pode ser percebida principalmente na decoração das peças, com uso do tauá e da tabatinga, que são corantes naturais utilizados para obter as cores vermelha e branca, respectivamente, e constroem o principal caráter distintivo das peças tradicionais da localidade que poderão ser alvo do registro da IG (CARBONELL, 2016; FERRAZ, 2009; SIMÕES, 2016). Esses corantes são oriundos da localidade e da circunvizinhança, não havendo, até o momento, relatos de quaisquer restrições

que afetassem o desenvolvimento normal das atividades ceramistas na localidade. A distribuição e a estruturação das olarias também evidenciam a herança indígena, muitas com paredes de bambu ou varas cobertas de sapé, distribuídas em corredores estreitos, disputando espaço com pequenos cursos d'água cobertos de mangue.

A herança portuguesa, por sua vez, é bem evidenciada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, sediada no ponto central da concentração das olarias, revelando, além da dimensão religiosa, a presença marcante da cultura portuguesa, expressa, nesse caso, na estrutura arquitetônica da Igreja. Além disso, tal herança fica evidenciada no avanço da produção e na introdução de alguns equipamentos, como o torno, o forno a lenha e o coberto, sendo esta contribuição relevante para o sucesso da comunidade e para a perpetuação da atividade econômica da região até os dias atuais. A decoração das peças, com os delicados traços femininos da tabatinga, em muitos casos apresenta forte ligação com as formas associadas às rendas portuguesas (FERRAZ, 2009). Para a maioria dos oleiros da comunidade, a tradição e a cultura da arte de Maragogipinho se expressam nas peças de tauá e tabatinga, com as decorações rendadas ou com os motivos escolhidos pelas pintoras (PEREIRA, 2013).

Por fim, a cultura africana manifesta-se sobretudo na própria origem dos oleiros e suas tradições religiosas, uma vez que muitos são afrodescendentes (MOTA, 2011). Além disso, o estudo de Santana e Barra (2020) destaca a tradição local de festas religiosas envolvendo procissões tanto na zona rural quanto na zona costeira da localidade. Nesse contexto, destacamos que as procissões estão relacionadas à cultura africana pelo sincretismo religioso e pela resistência cultural durante o período escravocrata.

A decoração e a pintura com o tauá e a tabatinga são as principais características das peças tradicionais de Maragogipinho (CARBONELL, 2015; FERRAZ, 2009; SIMÕES, 2016). Com esses dois elementos decorativos, são expressas essas matrizes culturais e históricas que, associadas às formas e aos outros tipos de peças também produzidos na comunidade (que não se utilizam desses padrões tradicionais), já trazem consigo elementos muito próprios de seus artesãos, sem, contudo, exprimir qualquer traço que remeta à tradição e origem deste ofício na localidade (PEREIRA, 2013). O traço da decoração com tauá é de caráter mais amplo, com tingimentos em boa parte das peças, muitas vezes sem desenhos ou com detalhes não muito elaborados, tradicionalmente utilizados nas peças religiosas de matriz africana, com motivos em pinturas mais difusas, menos detalhadas se comparadas às pinturas rendadas feitas com a tabatinga (PEREIRA, 2013).

Os traços mais delicados e detalhados das peças ornadas com tabatinga são tradicionalmente feitos exclusivamente pelas mulheres, com pincéis específicos, com pelos de rabo de gato amarrados em pequenas varas de coqueiro, já que a maciez desse tipo de pincel permite melhor definição dos detalhes das pinturas com a tabatinga

(CARBONELL, 2016). Em Maragogipinho, cada pintora tem seu estilo próprio, fruto de um repertório consagrado. A pintora desenha direto com o pincel, sem passar por esboços. Esses desenhos constituem o fator responsável pela originalidade da louça de Maragogipinho: quanto mais fino for o traço dos desenhos, mais valorizada é a peça (FERRAZ; MOREIRA, 2011, p.18).

Mais do que pela forma que adquirem ao serem modelados, os objetos cerâmicos de Maragogipinho têm pronto reconhecimento especialmente pelos desenhos em tabatinga com que são decorados. São eles que garantem e atestam a origem, onde quer que estejam (FERRAZ; MOREIRA, 2011, p.17).

Essa identificação é o principal fator humano responsável pela construção da reputação internacional das peças da cerâmica tradicional de Maragogipinho. A qualidade artística, associada aos aspectos culturais e históricos representados nas peças, permitiu à comunidade, na representação da pessoa de seu mais importante oleiro, o Mestre Vitorino, receber da Unesco uma menção honrosa de Artesanato para a América Latina e Caribe no ano de 2004 (SANTANA, 2021, p.46).

Em 2009, uma exposição das peças de Maragogipinho na Sala do Artista Popular do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) foi um dos mais importantes eventos de promoção e reconhecimento da arte de Maragogipinho, realizado por uma instituição federal de cultura. Como parte dessa exposição, foi elaborado um catálogo com as principais informações artísticas e culturais relacionadas à exposição (FERRAZ, 2009). Essa publicação foi um marco na história das relações dessa comunidade com o Iphan, que, pela primeira vez, produziu material gráfico com foco exclusivamente voltado à comunidade.

O acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP, 2012) traz também evidências de relatos na imprensa sobre a cerâmica de Maragogipinho e sua importância como centro de expressão da cultura popular brasileira. São evidências que datam de 1959 até 2023. Todos esses registros demonstram a notoriedade das peças de Maragogipinho e sua importância no contexto histórico e cultural do Brasil.

Além dessas iniciativas para o reconhecimento da importância artística e cultural da cerâmica de Maragogipinho, outros registros evidenciam essa importância, relatada por diversas fontes, por diversas mídias e em diferentes épocas. A sistematização dessas evidências do reconhecimento da cerâmica tradicional de Maragogipinho é apresentada no quadro 1.

QUADRO 1 - SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS DAS EVIDÊNCIAS DA REPUTAÇÃO DA CERÂMICA DE MARAGOGIPINHO - BAHIA

FONTE (JORNALIS, REVISTAS, PERIÓDICOS, LIVROS, TESES)	ANO DA DIVULGAÇÃO	MEIO DE COMUNICAÇÃO	TÍTULO
CNFCP (2012)	1958	Jornal Estado de Minas	Cerâmica popular brasileira
CNFCP (2012)	1959	Jornal baiano A Tarde	Está presente no folclore e em toda casa moderna
CNFCP (2012)	1963	Jornal de Piraçicaba	Artes e artesanatos folclóricos
CNFCP (2012)	1969	Revista Quadro Rodas	Destaques da cerâmica
CNFCP (2012)	1971	Jornal Província do Pará	Cultura do barro, arte de todos
CNFCP (2012)	1973	Jornal do Brasil	Onde comprar em salvador o melhor artesanato
CNFCP (2012)	1975	Jornal do Brasil	Destaques da cerâmica
CNFCP (2012)	1978	Jornal do Brasil	Destaques da cerâmica
CNFCP (2012)	1980	O Prelo	Artesanato baiano
CNFCP (2012)	1981	Revista Veja	Os vales da criação
CNFCP (2012)	2009	Jornal do Brasil	O milagre do barro
Carbonell (2015)	2015	Livro	Maragogipinho - vozes do barro: práxis educativa em culturas populares
Simões (2016)	2016	Dissertação	A cerâmica tradicional de Maragogipinho
Artesol (2023)	2023	Chamadas na mídia	Maragogipinho - artesanato solidário
Iphan (2023)	2023	Chamadas na mídia	Maragogipinho volta a receber a Feira de Artesanato na Bahia
UFRB (2023)z	2023	Chamadas na mídia	Festival de Maragogipinho reverencia a tradição e impulsiona a economia local

FONTE: Os autores (2025)

Por fim, a importância artística e cultural do ofício ceramista da cerâmica de Maragogipinho é destacada em diversos estudos acadêmicos, conforme pode ser observado nos estudos de Alvares (2016, 2019), Ferraz e Moreira (2011), Gordenstein (2018), Leonel (2020), Lopes (2020), Nascimento (2015), Rezende, Silva e Daniel (2017), Santos, Dias e Oliveira (2018), Silva e Silva (2014), e Simões (2016).

5.2 DIMENSÃO: GERAÇÃO DE VALOR

Nesta dimensão, estão agrupados os fatores associados diretamente aos atributos diferenciais dos produtos com as potencialidades de IG a serem investigadas, capazes de gerar valor e, conseqüentemente, atuar na promoção do desenvolvimento territorial. Dentre os fatores elencados no modelo de Carvalho (2017), aqueles mais

diretamente relacionados ao objeto deste estudo estão relacionados à presença de uma entidade de apoio aos oleiros, em seus mais abrangentes aspectos, envolvendo questões de mercado, comercialização, valorização dos aspectos diferenciais dos produtos tradicionais, capacitação técnica no ofício e valorização da prática ceramista da comunidade.

Desde 1956, o distrito de Maragogipinho conta com uma entidade representativa dos oleiros, que atua como agente coordenador da organização do trabalho em seu mais amplo sentido. Inicialmente, essa coordenação era feita através da figura da Cooperativa Artesanal Mista dos Oleiros de Maragogipinho, que, após encerrada, possibilitou a institucionalização da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho (AAMOM) em 29 de setembro de 1988. Segundo Pinto Neto (2008), essa mudança buscou o desenvolvimento de ações com maior cunho político e estratégico, que ora não estavam sendo contemplados pela Cooperativa. Segundo registros da própria Associação, Maragogipinho alcança a marca de cerca de cinco mil tipos de produtos, dentre peças decorativas, cerâmicas e utilitários, santos, miniaturas diversas, peças para cultos afros, dentre outras, o que reforça a necessidade de um agente dessa natureza.

A análise dos relatos dos oleiros e do corpo diretivo da AAMOM, realizada por Pereira (2013), permite identificar duas vertentes de orientação dessas parcerias: a comercial e a institucional. A vertente comercial se volta exclusivamente para a abertura e a consolidação de novos mercados, enquanto a vertente institucional volta-se para as questões relativas à capacitação profissional e gerencial, bem como às questões relativas ao fortalecimento das tradições e formas de manifestação artística presentes nas peças da localidade. Registros da AAMOM revelam que o ano de 2009 foi um dos mais expressivos da história dessa entidade: foram consolidadas ações para distribuição da produção em 26 lojas, incluindo algumas no exterior.

Além das parcerias comerciais, a AAMOM, ao longo de sua história, tem estabelecido parcerias importantes com entidades de apoio, especialmente no âmbito governamental. Nesse sentido, duas parcerias são destacadas pelos oleiros: com o Instituto Mauá e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O primeiro, ligado ao Governo do Estado da Bahia, atuou de maneira presente na comunidade até meados de 2013, dois anos antes de ser extinto pelo poder estadual. As ações do Instituto Mauá sempre se deram mais na linha técnica e promocional do artesanato local, com cursos de capacitação técnica e troca de experiências entre oleiros da Bahia. Além disso, o Instituto Mauá atuava firmemente na distribuição das peças, em feiras internacionais e mercados diversos. Já o Sebrae atua de maneira mais constante na comunidade, por meio de cursos de capacitação gerencial, apoio para participação em feiras e eventos comerciais diversos, além de já ter promovido ações de valorização dos produtos locais. Existem outras entidades que pontualmente atuam na localidade, tanto nas áreas técnicas do ofício de oleiro como em áreas gerenciais e mercadológicas.

5.3 DIMENSÃO: AÇÕES CONJUNTAS E COMPETÊNCIAS LOCAIS

A consolidação de uma competência coletiva é um dos principais pilares de sustentação do registro da IG, na medida em que esse é o único instrumento de garantia de propriedade intelectual que envolve a proteção de um saber coletivo, diferenciando-se frontalmente dos demais instrumentos de propriedade industrial. Para Carvalho (2017), a análise das competências locais sob o enfoque da IG depende da dinâmica das ações socioculturais associadas ao saber coletivo, sobretudo aquele relacionado às características locais do produto associadas à localidade ou à reputação. Nesse sentido, a identificação de uma competência coletiva é o primeiro caminho quando se busca compreender a potencialidade de uma localidade em receber o registro de IG.

No caso de Maragogipinho, a competência coletiva local é construída há mais de 300 anos, desde o início das atividades ceramistas na região. O processo de construção dessas competências é fortemente marcado pela herança indígena, na medida em que, conforme determinam o estudo pioneiro de Mendes, Pereira e Passos (2011), e depois os estudos de Simões (2016), há uma predominância cultural da construção da competência oleira local baseada quase restritamente no conhecimento tácito, transmitido por meio da oralidade, numa relação típica entre mestre e aprendiz.

Segundo esses autores, a tradição oleira de Maragogipinho foi mantida através dos tempos por um aprendizado *in the job*, ou seja, aquele desenvolvido num processo prático de aprendizagem por observação e prática subsequente.

Apesar de ser considerado frágil para a construção das competências organizacionais no ambiente tradicional dos negócios (NONAKA; TAKEUCHI, 1997), esse processo mostrou tendência contrária em Maragogipinho. Por todo esse período em que a comunidade se destaca na produção de peças cerâmicas, não houve nenhum movimento no sentido de buscar alguma forma de formalização dos processos de produção, afinal, segundo Carbonell (2016), a produção de arte deve ser vivida e experimentada para que seja apreendida.

O estudo realizado por Mendes, Pereira e Passos (2011) na comunidade de Maragogipinho revela que as tradições são reforçadas pelos Mestres Oleiros que ainda trabalham com as peças tradicionais. Ainda nesse estudo, os autores relatam que há um frequente processo de compartilhamento de saberes entre os Mestres, mas sempre por iniciativas próprias ou em ocasiões sociais diversas.

Além da importância das dinâmicas socioculturais na construção das competências locais associadas à reputação e ao reconhecimento dos produtos associados à IG, as ações de valorização e incorporação das práticas de produções tradicionais aos produtos para construção dos diferenciais associados à IG são destacadas no modelo adotado neste estudo. A própria estrutura das olarias e a forma de produção ainda preservada em Maragogipinho são evidências dessa valorização.

A grande maioria das olarias é feita de madeiras e troncos com cobertura de palha, e possui fornos a lenha. Segundo reportes de Pereira (2013), a restrição à mudança desses aspectos ocorre principalmente devido à insegurança de muitos oleiros, pela qualidade da queima de fornos a gás (como o que já operou pela AAMOM), além dos custos, que inviabilizariam a produção. No tocante à construção das olarias, a manutenção dessa estrutura tradicional deve-se fundamentalmente às condições de arejamento, importantes para o processo de secagem homogênea das peças (PEREIRA, 2013).

Por fim, destaca-se, neste estudo, que uma das principais formas para construção do conhecimento dos oleiros, segundo o estudo de Mendes, Pereira e Passos (2011), dá-se por meio do estabelecimento de parceria entre os oleiros ou entre eles e as entidades que atuam na localidade. Esses autores revelam que existem diversos processos de compartilhamento de conhecimento na comunidade de Maragogipinho, muitos deles com a participação da AAMOM. Recentes evidências coletadas na AMMOM mostram que essa situação se mantém na medida em que há formalização, por essa associação, de ações identificadas no estudo citado. O compartilhamento de conhecimento entre os oleiros da localidade se mostra como uma prática cultural entre eles (CARBONELL, 2016; MENDES; PEREIRA; PASSOS, 2011).

Entende-se, com isso, que o processo de construção e manutenção das competências locais em Maragogipinho está plenamente consolidado e apto a sustentar um possível registro de IG.

5.4 DIMENSÃO: PODER PÚBLICO

O papel do poder público como agente promotor do desenvolvimento regional, seja como protagonista ou como auxiliar do processo, foi devidamente explorado por Carvalho (2017) quando da proposição do modelo que direciona o presente estudo.

De maneira geral, as políticas públicas para incentivar a obtenção de registros de IG se dão mais em nível local e regional que em políticas nacionais. Especificamente na Bahia, as políticas de incentivo à IG são prioritariamente voltadas à área de alimentos e bebidas, e geralmente se limitam à divulgação dos benefícios do registro e ao apoio aos processos de estruturação da comunidade. Não há ações específicas associadas a benefícios fiscais, tributários ou trabalhistas para incentivar a busca pelo registro. Todas as ações voltadas à IG no estado baiano estão vinculadas às Secretarias da área rural, seguindo, assim, o mesmo modelo adotado pelo governo federal.

Este estudo não foi capaz de identificar qualquer tipo de evidência que reportasse uma ação direta do poder público no sentido de fortalecer algum aspecto diretamente relacionado à potencialidade da localidade para obtenção do registro da IG. Pelo contrário: a extinção do Instituto Mauá, especialmente para a comunidade de

Maragogipinho, trouxe prejuízos à comunidade, que a partir dessa extinção, perdeu um de seus mais importantes parceiros relacionados à capacitação, divulgação e comercialização de suas peças.

De maneira geral, os fatores considerados no modelo de Carvalho (2017) se referem a ações relacionadas a outros aspectos, como às voltadas aos aspectos culturais e de geração de competências. Essas ações, quando diretamente fortalecidas com o apoio do poder público, são determinantes para o sucesso da obtenção dos registros de IG, segundo considerações do próprio autor.

Especificamente com relação ao ambiente da comunidade de Maragogipinho, os fatores relacionados ao poder público elencados no modelo base deste estudo não mostram potencialidade de dificultar este processo, na medida em que as relações destes com outros fatores críticos para a obtenção do registro permitem manter o nível necessário de potencialidade para sucesso da busca do registro de IG.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da localidade sob a lente estratégica do desenvolvimento proposta por Carvalho (2017) revela que a comunidade de Maragogipinho apresenta, de forma consolidada, os principais elementos de suporte a um registro de IG com vistas ao fomento do desenvolvimento local, da forma como este fenômeno foi tratado neste estudo: representação coletiva do ofício, registro de notoriedade e reconhecimento dos produtos; identificação das principais peças associadas ao registro; identificação dos oleiros aptos à produção das cerâmicas associadas aos registros; formalização das competências individuais dos oleiros associados aos produtos do registro.

Os resultados obtidos neste estudo revelam que a comunidade de Maragogipinho há tempos já apresenta uma competência coletiva consolidada no ofício oleiro, marcado sobretudo pelas heranças indígenas, africanas e portuguesas, seja na forma, nos tipos de peças produzidas ou nas suas respectivas decorações.

Essa competência, ao longo da história dessa comunidade, foi se consolidando como uma importante manifestação artística e cultural do Brasil, cujo reconhecimento nacional alcançou as fronteiras das mais importantes instituições de história, cultura e arte. O reconhecimento artístico e cultural da cerâmica de Maragogipinho alcançou as fronteiras internacionais, com o reconhecimento da ONU à obra de Mestre Vitorino, um dos mais importantes oleiros da história de Maragogipinho.

Além do reconhecimento, a comunidade conta com uma importante atuação da associação dos oleiros locais, que tem expressiva participação em ações que acabam por valorizar os produtos da localidade, contribuindo para o melhor desempenho social e econômico dos oleiros locais.

As dinâmicas sociais, importantes para construção da cultura associada ao território a ser abrangido pela IG, caracterizam-se fortemente pelas ações conjuntas associadas à construção das competências locais, como na organização, na participação de eventos técnicos, comerciais e, sobretudo, nas diversas manifestações culturais, em especial às religiosas, que demarcam as fortes heranças lusófonas e africanas.

Entende-se que, sob a ótica do modelo aqui considerado, já estão consolidados os principais fatores associados ao sucesso da IG, capazes de, não de forma exclusiva, auxiliar na promoção do desenvolvimento local, fazendo desse instrumento de proteção intelectual uma estratégia viável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.IV, p.379-397, 2000.
- ALEMANY, M.; SEVILLA, A. Geographical indications and sustainable territorial development: a global review. **Sustainability**, v.13, n.5, 2021. DOI: 10.3390/su13052634.
- AL-ROMEEDY, B. S. Leveraging Intellectual Property for Destination Branding and Marketing in the Tourism Sector. *In*: ALBATTAT, A.; AZMAN, N.; VALERI, M.; TALIB, Z.; TYAGI, P. (ed.). **Navigating intellectual property challenges in tourism**. Hershey, PA: IGI Global Scientific Publishing, 2025. p.135-162. DOI:10.4018/979-8-3693-4171-1.ch006.
- BOECHAT, A. M. F.; ALVES, Y. B. O uso da Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Regional: o caso da carne do Pampa Gaúcho. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR, Maringá, 25-28 out. 2011. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: Cesumar, 2011.
- CARBONELL, S. **Maragogipinho**: as vozes do barro: práxis educativas em culturas Populares. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11052016-163601/publico/SONIA_CARBONELL.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.
- CARVALHO, I. C. S. de. **Modelo para diagnóstico estratégico de indicação geográfica**. 2017. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.
- CNFCP - CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Recortes de Jornais. *In*: CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Acervos digitais**. Brasília: CNFCP, 2012. Disponível em: http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes_de_Jornais?pagfis=1128. Acesso em: 2 jul. 2024.
- DEMIRARSLAN, G.; ŞABAN, E. An Analysis of Geographical Indications in Terms of International, Bilateral and Regional Agreements. **Bartın Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi**, v.15, n.30, p.183-213, 30 Nov. 2024. DOI: 10.47129/bartiniibf.1580771.

- FERRAZ, I (org.). **Maragogipinho e a tradição do barro**. Rio de Janeiro: Iphan; CNFCP, 2009. (Sala do Artista Popular, n.155).
- FERRAZ, I; MOREIRA, N. B. T. **A decoração da cerâmica tradicional de Maragogipinho**. Rio de Janeiro: Iphan; CNFCP, 2011. 120 p.
- FRANÇA, E. de. Inovação tecnológica e desenvolvimento regional no setor de rochas ornamentais: a indicação geográfica do granito do noroeste capixaba. **Revista Ifes Ciência**, Vitória, v.9, n.2, p.1-21, 2023. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/1960>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- GORDENSTEIN, S. L. Evidência arqueológica de ressignificação simbólica: a cerâmica de decoração espiralada de Maragogipinho, Bahia. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v.18, n.33, p.253-270, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/2567>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- GREEN, P. E.; CARMNE, F. J. **Multidimensional scaling and related techniques in marketing analysis**. Boston, Mass, 1988.
- LEONEL, P. A. Território da artista: relacionando arte, território, ancestralidade negra e memórias. **Palíndromo**, Florianópolis, v.12, n.27, p.248-265, 2020.
- LOPES, M. R. C. de A. A comunidade de Maragogipinho: tradição, trabalho e desafios. **Revista Espirales**, Foz do Iguaçu, v.4, n.2, p.65-83, 2020.
- MATOS, C. et al. Geographical indication: a review. **Concilium**, v.24, n.11, p.1-14, May 2024. DOI: 10.53660/clm-3491-24j11.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**: São Paulo: Atlas, 1993. v.1. 350 p.
- MENDES, D.; PEREIRA, J. P. C. N.; PASSOS, D. S. M. Cluster e gestão do conhecimento: a formação de competências na criação de vantagens competitivas em pequenas e médias empresas oleiras de Maragogipinho - Bahia. In: ENCONTRO MINEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 7., 2011, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: UFOP, 2011. p.1-12.
- MOTA, U. **A louça de Deus: o caxixi em Maragogipinho**. Salvador: Fast Design, 2011.
- NASCIMENTO, L. M. A. L. do. O saber-fazer na maestria artesanal: análise dos mestres ceramistas da Bahia. **Equatorial: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v.2, n.2, p.43-70, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14895>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- NIEDERLE, P. A. Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sober; UFRGS, 2009.
- NIEDERLE, P. A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das indicações geográficas. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v.4, n.2, p.21-43, 2014.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Relatório global sobre indicações geográficas**. Genebra: OMPI, 2023. Disponível em <https://www.wipo.int/en/web/geographical-indications>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PELLEGRINO, P.; VINCENT, B. Territorial Development Approaches in the 21st Century: Beyond Economic Growth. **Journal of Regional Science**, v.62, n.3, p.512-538, 2022.

PENA, H. W. A. et al. Indicações geográficas paraenses: o aumento na competitividade e agregação de valor dos produtos. **Peer Review**, v.5, n.14, p.146-165, 2023. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/633>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PEREIRA, J. C. N. P. **Identidade geográfica como fator de geração de valor e renda aos pequenos negócios de cerâmica artesanal de Maragogipinho (BA)**. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2013. (Relatório Técnico de Pesquisa).

PEREIRA, J. C. N. P.; FETTERMANN, D. de C. Desenvolvimento de Produto com Registro de Indicação Geográfica (IG): uma análise do mercado. **Revista Espacios**, [s. l.], v.35, n.9, 2014. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n09/14350908.html>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PEREIRA, M. G. A. et al. Indicações geográficas e desenvolvimento sustentável: uma análise bibliométrica. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v.17, n.1, p.317-353, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/56568>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PINTO NETO, A. D. **A atividade ceramista artesanal de Maragogipinho e a relação com a degradação ambiental**: perspectivas e sustentabilidade. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10794>. Acesso em: 2 jul. 2024.

RAMOS, B. D.; FERNANDES, L. R. R. de M. An overview of Geographical Indications in Brazil. **Journal of Intellectual Property Rights**, v.17, p.133-140, 2012.

REZENDE, A. A. de; SILVA, M. dos S. da; DANIEL, L. P. Indicação geográfica: uma via para o crescimento econômico para Nazaré das Farinhas e Maragogipinho, Bahia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.38, n.132, p.55-76, 2017. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/904>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SANTANA, J. C.; BARRA, C. de C. S. A pedagogia artesã de Maragogipinho: experiências de autoria poética. **Boitatá**, Londrina, v.15, n.29, p.12-30, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/40151>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SANTOS, A. S. dos; JUNG, C. F.; THAINES, A. H. Indicações geográficas: estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Concilium**, [s. l.], v.23, n.14, p.368-386, 2023.

SANTOS, V. C dos; DIAS, A. B; OLIVEIRA, I. F. de. Mulheres quilombolas e suas experiências de organização: Sítio Santana, Lamarão/BA. **Conexão**, Ponta Grossa, v.14, n.2, p.178-186, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/10899>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, A. A.; SILVA, G. F. da. Desenvolvimento regional sob a ótica do reconhecimento de Indicações Geográficas no Nordeste Brasileiro. **Cerrados**, [s. l.], v.21, n.1, p.135-169, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/download/5191/6415/27407>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, A. C. M.; SILVA, A. L. M. Cerâmica popular: Rio Real – tradição técnica e arte em argila. **Cerâmica**, [s. l.], v.60, p.34-40, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/5a3b95e1-0bdd-4587-ab84-a972937473b2/Silva-2014-Cer%C3%A2mica%20popular%20Rio%20Real.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, C. E. O. da *et al.* Efeitos das indicações geográficas no desenvolvimento local de regiões demarcadas. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v.15, n.1, p.1457-1476, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3426>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SIMÕES, I. C. **A cerâmica tradicional de Maragogipinho**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SINGH, P; BHATT, Vaibhav. Leveraging geographical indications for tourism development and destination Branding. *In*: ALBATTAT, A.; AZMAN, N.; VALERI, M.; TALIB, Z.; TYAGI, P. (ed.). **Navigating intellectual property challenges in tourism**. Hershey, PA: IGI Global Scientific Publishing, 2025. p.241-252. DOI: 10.4018/979-8-3693-4171-1.ch011.

VARNEKAR, S. S.; CHUTIA, U. The Impact of geographical indication in the international trade. **Educational administration: Theory and Practice**, v.30, n.5, p.13863-13869, May 2024. DOI: 10.53555/kuey.v30i5.6081.